***TERMO DE FOMENTO Nº 02/2021***

*Termo de Fomento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VARGEM e a Organização da Sociedade Civil Associação Vargense de Acadêmicos, mediante as cláusulas e condições seguintes:*

***O MUNICÍPIO DE VARGEM/SC****, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Benjamin Margot, nº 214, Centro, cidade de Vargem, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 95995130/0001-18, neste ato representado por sua Prefeita infra-assinada, doravante denominada,* ***CONTRATANTE****, e a Organização da Sociedade Civil Associação Vargense de Acadêmicos - AVA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Benjamin Margotti, s/n, Centro desta cidade de Vargem/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.738.454/0001-18, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Douglas Dirceu da Silva, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n.º 4555118, inscrito no CPF sob o n.º 075.909.889-10, a seguir denominada* ***CONTRATADA****, acordam e ajustam firmar o presente* ***TERMO DE COLABORAÇÃO****, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais legislações pertinentes, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.*

***CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO***

*O Termo de Colaboração terá por objeto o auxílio no pagamento das despesas de transporte dos acadêmicos residentes e domiciliados no Município de Vargem, e filiados à ASSOCIAÇÃO VARGENSE DE ACADÊMICOS, que se deslocarem para outro município para cursar ensino superior e/ou profissionalizante, conforme Lei Municipal nº 859/2021, de 06 de abril de 2021.*

*Parágrafo único. Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, o Plano de Trabalho, obrigando as partes em todos os seus termos, juntamente com seus anexos.*

***CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR***

*Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), que serão liberados em 10 (dez) parcelas mensais de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).*

*Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.*

*Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer impropriedade.*

*Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.*

*Parágrafo Quarto - Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido.*

***CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS***

*Parágrafo primeiro – A primeira parcela do pagamento será liberada após apresentação de conta bancária específica da organização da sociedade civil para movimentar os recursos.*

*Parágrafo segundo – O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, o contratado deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.*

***CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO***

*O objeto deste termo de colaboração será contratado com recursos provisionados na seguinte dotação orçamentária: Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – Elemento: 3350.*

***CLÁUSULA QUINTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL***

*a) iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração.*

*b) comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;*

*c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;*

*d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;*

*e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;*

*f) prestar contas de acordo com o Manual de prestação de contas em anexo, conforme dispõe o art. 42, VII da Lei 13.019/2014, no prazo de 30 dias após o pagamento de cada parcela, conforme Lei Municipal nº 859/2021.*

*g) havendo liberação de recursos, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 (com previsão legal no art. 42, XIV da Lei 13.019/2014);*

*h) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal (com previsão legal no art. 42, XIX da Lei 13.019/2014);*

*i) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução (com previsão legal no art. 42, XX da Lei 13.019/2014);*

*j) liberar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto (com previsão legal no art. 42, XV da Lei 13.019/2014);*

*k) restituir os recursos não utilizados, bem como seus rendimentos, segundo reza a Lei 13.019/2014 (conforme inciso IX do art. 42).*

*l) a Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.*

*m) o Município de Vargem poderá solicitar a participação voluntária dos universitários nos programas realizados pela municipalidade, na proporção de uma vez por semana para cada estudante.*

*n) Caberá, exclusivamente, à ASSOCIAÇÃO VARGENSE DE ACADÊMICOS a contratação de empresa para fazer o transporte dos estudantes, ficando isento o Município de Vargem de qualquer espécie de vínculo, responsabilidade, seja judicial, extrajudicial, criminal, civil, fiscal, trabalhista.*

*o) a Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas e estabelecidas no Plano de Trabalho.*

*p) após a assinatura do Termo de Colaboração é obrigatória a abertura do “RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO” e “RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA”;*

*q) a Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.*

*r) em caso de dissolução da organização, o respectivo patrimônio líquido deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos exigidos pelo Decreto Municipal e pela Lei Federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta.*

***CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:***

*a) orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.*

*b) arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.*

*c) o Município de Vargem ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.*

*d) é prerrogativa atribuída à administração pública a assunção ou transferência da responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.*

*e) Ações de monitoramento e avaliação da administração pública para verificação da execução do objeto.*

***CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO***

*Parágrafo primeiro - Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:*

*I. Visitas in loco;*

*II. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;*

*III. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários.*

***CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA***

*A vigência da presente parceria será de dez meses, entrando em vigor à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 24 da Lei 13.019/2014 e Diplomas Complementares;*

*Parágrafo Primeiro – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.*

*Parágrafo segundo - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.*

***CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL***

*Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:*

*I - advertência;*

*II - suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*

*III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.*

*Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.*

*Parárafo Segundo – As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.*

***CLÁUSULA DÉCIMA***

 *Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.*

*Parágrafo único: A perícia supracitada somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.*

***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA RESCISÃO***

*A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade sujeitará à rescisão sumária do contrato.*

*Parágrafo primeiro - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.*

*Parágrafo segundo - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (com previsão legal no art. 42, XVI da Lei 13.019/2014)*

***CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL***

*O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 13.019/2014 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.*

***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS***

*Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014 e dos princípios gerais de direito.*

***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA***

*A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela* ***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE*** *na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.*

***CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA***

*A titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos deste instrumento, e remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria serão de propriedade do CONCEDENTE.*

*Parágrafo único: findada a parceria, observado fiel cumprimento do objeto nele proposto e verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens poderão ser doados ao CONVENENTE, por meio de instrumento específico.*

***CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA***

*As partes elegem o foro da Comarca de Campos Novos-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.*

*E para a sua validação, o presente Termo de Fomento é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.*

*Vargem, 06 de abril de 2021.*

***Douglas Dirceu da Silva***

***Presidente da Associação Vargense de Acadêmicos - AVA***

***Isaura Aparecida Ramos Dalcanalle***

***Secretária de Educação, Cultura e Esporte***